



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020
(Do Sr. Alexandre Padilha)**

Requer ao Ministério da Saúde informação a respeito do vencimento de validade de vacinas, testes e remédios sob estoque.

O Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as seguintes informações do Ministério da Saúde:

- 1) Qual a lista de estoque de produtos armazenados ou vencidos sob guarda deste Ministério?
- 2) Qual o prejuízo previsto para este ano (2021), 2020 e 2019 de vacinas testes e remédios que venceram sob guarda deste Ministério?
- 3) Em relação ao programa DST/AIDS, especialmente quanto aos kits de diagnóstico de HIV e HCV, qual o montante de produtos vencidos que não poderão mais ser utilizados?
- 4) Quais as providências de responsabilização havidas neste ministério em relação ao prejuízo financeiro e social da perda da validade destes produtos sob guarda do Ministério?

JUSTIFICAÇÃO

Utilizo, como justificativa, matéria publicada¹ pelo jornal Folha de São Paulo:

5)



1 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/09/governo-bolsonaro-deixa-vencer-r-243-mi-em-vacinas-testes-e-remedios.shtml>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexandre Padilha

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219131612900>





6) Salvar para ler depois

SALVAR ARTIGOS

***Governo Bolsonaro deixa vencer R\$ 243 mi em vacinas, testes e remédios
Estoque deve ser incinerado; diretor de logística diz que situação é indesejável, mas normal***

[Constança RezendeRaquel LopesMateus Vargas](#)

BRASÍLIA

O Ministério da Saúde deixou vencer a validade de um estoque de medicamentos, vacinas, testes de diagnóstico e outros itens que, ao todo, são avaliados em mais de R\$ 240 milhões. Agora, todos esses produtos devem ser incinerados.

O cemitério de insumos do SUS está em Guarulhos (SP), no centro de distribuição logística da pasta. Ali estão 3,7 milhões de itens que começaram a vencer há mais de três anos. Quase todos expiraram durante a gestão de Jair Bolsonaro (sem partido).

Todo o estoque é mantido em sigilo pelo ministério. A pasta usa documento interno de 2018 para negar pedidos de acesso aos dados sobre produtos armazenados ou vencidos, argumento já apontado como inadequado pela CGU (Controladoria-Geral da União).

Mas a **Folha** teve acesso a tabelas do ministério com dados sobre os itens, número de lote, data de validade e valor pago pelo governo. A lista de produtos vencidos inclui, por exemplo, 820 mil canetas de insulina, suficientes para 235 mil pacientes com diabetes durante um mês. Valor: R\$ 10 milhões.





O governo Bolsonaro também perdeu frascos para aplicação de 12 milhões de vacinas para gripe, BCG, hepatite B (quase 6 milhões de doses), varicela, entre outras doenças, no momento em que despencam as taxas de cobertura vacinal no Brasil. Só esse lote é avaliado em R\$ 50 milhões.

Os produtos vencidos também seriam destinados a pacientes do SUS com hepatite C, câncer, Parkinson, Alzheimer, tuberculose, doenças raras, esquizofrenia, artrite reumatoide, transplantados e problemas renais, entre outras situações.

Alguns itens que serão incinerados estão em falta nos postos de saúde.

No fim de agosto, o governo da Bahia reclamou do atraso na entrega de medicamentos pelo ministério, como o metotrexato, usado para alguns tipos de câncer. Há 24 mil frascos-ampola vencidos no almoxarifado do governo Bolsonaro.

O Ministério da Saúde também guarda cerca de R\$ 420 mil em produtos perdidos dos programas de DST/Aids —sendo R\$ 345 mil em testes de diagnóstico—, além de R\$ 620 mil em insumos para prevenção da malária.

Dados internos do governo mostram que devem ser incinerados mais de R\$ 32 milhões em medicamentos comprados por ordem da Justiça. A maior parte desses fármacos é de alto custo e para tratamento de pacientes de doenças raras, uma bandeira do governo. Ao lado da primeira-dama, Michelle Bolsonaro, o ministro Marcelo Queiroga (Saúde) lançou no último dia 31 a “Rarinha”, nova mascote do SUS.

No meio deste estoque há um frasco-ampola de nusinersena, avaliado em R\$ 160 mil, e





908 frascos de ecilizumab, que custaram R\$ 11,8 milhões. São medicamentos usados em dois dos tratamentos mais caros existentes.

Vice-presidente do Instituto Vidas Raras, Amira Awada afirma que há grave desabastecimento e estima que mais de mil pacientes aguardam por remédios.

“O que nós mais escutamos é que somos culpados pelo déficit orçamentário do Ministério da Saúde, mas é a pasta que perde milhões ao deixar medicamentos vencerem. Nós passamos da fase da revolta, estamos sem perspectiva”, disse Awada.

A entidade calcula que 15 milhões de pessoas vivem com doenças raras no Brasil. “Eu nunca vi uma situação tão difícil em 12 anos. Não conseguimos nem falar com eles [representantes do ministério].”

Parte dos medicamentos de doenças raras foi devolvida ao ministério por pacientes que deixaram de usar os produtos ou morreram. A Saúde não respondeu se fez o remanejamento dos fármacos.

O deputado Luis Miranda (DEM-DF), que também teve acesso aos dados, fez questionamentos ao Ministério da Saúde sobre o volume de material desperdiçado. Para o deputado, que [denunciou suspeitas de irregularidades na compra da vacina Covaxin à CPI da Covid](#), os medicamentos vencidos são ainda mais preocupantes.

“A conduta é um escárnio com a saúde do Brasil. Medicamentos e recursos públicos, que poderiam salvar vidas, estão apodrecendo. Qual a razão para a compra desses medicamentos não utilizados? Qual o motivo de mantê-los armazenados depois de vencidos? Enriquecer empresas?”, disse.





Em plena pandemia, o governo Bolsonaro também perdeu cerca de 2 milhões de exames RT-PCR para Covid, avaliados em mais de R\$ 77 milhões.

A fabricante fez uma doação de exames da Covid novos à Saúde para repor o estoque vencido, mas o intervalo e a burocracia até a chegada do produto fizeram cair a entrega dos exames ao SUS, como mostrou a Folha.

O ministério ainda guarda 2,2 milhões de exames sem validade para o diagnóstico de dengue, zika e chikungunya, todos vendidos pelo laboratório público Bahiafarma. Estes lotes custaram cerca de R\$ 60 milhões e foram interditados em 2019 por ordem da Anvisa. A Saúde não informou se pediu ressarcimento ou reposição destes exames.

Com isso, ao todo, os testes de diagnóstico sem validade respondem por cerca de 60% (R\$ 140 milhões) do valor dos insumos vencidos.

*O diretor do Dlog (Departamento de Logística) da Saúde, general da reserva Ridauto Fernandes, disse à **Folha** que a perda de validade de produtos “é sempre indesejável”, mas ocorre “em quase todos os ramos da atividade humana”. Ele afirmou que “não pode comentar” sobre o estoque.*

“Em supermercados, todos os dias, há descarte de material por essa razão”, disse o general. “Nos esforçamos para que isso não ocorra”, completou.

Área que atua na ponta da linha da gestão dos insumos, o Dlog ficou sob comando de Roberto Dias, indicado do centrão, durante a maior parte do governo Bolsonaro. Ele só foi exonerado em 29 de junho, após o cabo Luiz Paulo Dominghetti afirmar à Folha que





recebeu de Dias cobrança de propina para destravar a venda de vacinas.

Em alguns casos, como de falha do produto ou quando ele é fornecido com validade curta, o governo consegue repor parte do estoque vencido por acordos contratuais com as fabricantes, mas a operação pode atrasar os tratamentos.

Mas há situações de prejuízo total aos cofres públicos e aos pacientes, como no caso das canetas de insulina. Apesar da alta demanda, a Saúde não entregou e vai incinerar cerca de 20% da compra de estreia deste produto no SUS, feita em 2018.

O endocrinologista Fadlo Fraige Filho, presidente da Anad (Associação Nacional de Atenção ao Diabetes), afirmou que erros cometidos ainda em gestões anteriores à de Queiroga levaram ao atraso na entrega das canetas aos pacientes.

Ele disse que, além de demorar para comprar agulhas para as canetas, o governo exigiu que os produtos fossem liberados em centros especializados e após a apresentação de laudos complexos. "Elas deveriam ser distribuídas como são as (insulinas) regulares, nas unidades básicas, eventualmente no Farmácia Popular", disse.

Procurada, a Saúde não explicou por que os produtos perderam a validade e qual o tamanho e valor do estoque que conseguiu repor nas negociações com fabricantes. Também não apresentou dados da série histórica dos estoques nem disse qual valor paga para armazenar e descartar os insumos vencidos.

Em nota, a Bahiafarma disse que a diretoria da Anvisa ainda não julgou recurso sobre a





*interdição dos lotes. Também afirmou que os testes vencidos já começaram a ser recolhidos e que estão estocados em armazéns dos estados. Dados do ministério obtidos pela **Folha**, porém, apontam que há exames vencidos deste laboratório na central de distribuição do governo federal em Guarulhos.*

Para o presidente do Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde), Carlos Lula, o estoque é desproporcional. “A situação é gravíssima e precisa ser apurada. Pode derivar não só de má gestão, mas ser ato de improbidade.”

Representante da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), Wagner Gastão afirma que o volume de insumos vencidos é sinal de “degradação e desmonte” do ministério.

“É uma máquina complexa, mas a história do ministério não é essa. Sempre há produtos vencidos, mas tem de ser algo residual, senão é indicador grave de ineficiência”, afirma Gastão. Ele também é professor de medicina da Unicamp e ex-secretário-executivo da Saúde (2003 a 2005).

MINISTÉRIO DA SAÚDE ESCONDE CEMITÉRIO DE INSUMOS DO SUS

*Dados obtidos pela **Folha** mostram estoque de medicamentos, testes e vacinas vencidos avaliado em mais de R\$ 240 milhões. Há cerca de 3,69 milhões de itens, que podem servir a um número muito maior de pessoas no SUS, pois cada frasco de vacina, por exemplo, têm até dezenas de doses.*

Produtos vencidos





CGLAB (Coordenação Geral de Laboratórios): R\$ 140,73 milhões

Mais de 2 milhões de testes RT-PCR de Covid, além de exames de dengue, zika, chikungunya, leishmaniose e diversos reagentes.

Vacinas: R\$ 49,59 milhões

Cerca 12 milhões de imunizantes para BCG, gripe, pólio, hepatite B, tetra viral, soros para diversas doenças, além de diluentes

Remédios comprados por ordem judicial: R\$ 32,99 milhões

Principalmente medicamentos de alto custo para doenças raras, como eculizumab (HPN) e ataluren (Distrofia Muscular de Duchenne).

Medicamentos excepcionais: R\$ 17,72 milhões

Caneta de insulina e tratamentos para hepatite C, esclerose múltipla, Alzheimer, Parkinson, entre outras doenças

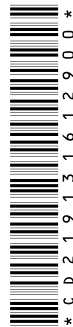
Outros: R\$ 1,93 milhão

Hemoderivados, tratamentos de raiva, tuberculose e produtos de prevenção à malária

Programas de DST/Aids: R\$ 420 mil

Principalmente kits de diagnóstico de HIV e HCV

Fonte: documentos internos do Ministério da Saúde





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Alexandre Padilha** - PT/SP

Diante desses fatos e verificado ser o tema de amplo interesse do Congresso Nacional, de suas Casas e Comissões a teor do quanto disposto no art.116 do RICD, com a urgência que se faz necessária, requiro as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, 09 de setembro de 2021

ALEXANDRE PADILHA
Deputado Federal - PT/SP

Apresentação: 08/09/2021 16:00 - MESA

RIC n.1131/2021



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexandre Padilha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219131612900>



* CD 219131612900 *